



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

4ª Reunião Ordinária

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 16h, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 4ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que presidiu a reunião, Secretário-Executivo, Secretário-Executivo Adjunto, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva, Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro substituto, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário de Inspeção do trabalho, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Presidente da FUNDACENTRO (on-line), Consultor Jurídico, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais substituta, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Assessora Especial do Gabinete do Ministro.

O Ministro de Estado do Trabalho iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e passou a palavra para o Coordenador do Comitê de Governança Estratégica, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Senhor Cláudio Py, que abriu os trabalhos com a primeira pauta do dia: apresentação da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, pelo Senhor Secretário, Carlos Augusto.

O Secretário, senhor Carlos Augusto, iniciou a sua fala tratando das ações da Secretaria em prol da sua interação com as Superintendências Regionais, para dar apoio a essas unidades e padronizar as normas, procedimentos e rotinas. A seguir, falou sobre o abono salarial, apresentando o número dos beneficiados e os valores repassados em 2023 e 2024. Foram beneficiados 24,6 milhões de trabalhadores em 2023 e desembolsados o valor de R\$ 24,8 bilhões de reais, alcançando o percentual de 99,9% de cobertura, com o registro de um aumento de 5,54% em relação aos quatro últimos anos. Em 2024, identificou-se 25,6 milhões de trabalhadores e até o momento foram desembolsados R\$ 27,18 bilhões de reais, com a taxa de cobertura de 97,17% até o momento. Destacou que em 2024 foi implantado o novo sistema do abono salarial, que permitiu maior facilidade na identificação e processamento, bem como na análise de recursos administrativos, garantindo pagamento mais rápido ao trabalhador e com maior controle por meio de processo de análise de riscos automatizado. Sobre a carteira de trabalho digital, elencou os principais benefícios agregados na carteira em 2023 e 2024 por meio digital: inclusão do seguro desemprego, do abono salarial, inclusão da intermediação da mão de obra, inclusão do extrato do CAGED, inclusão do canal de denúncias trabalhistas em 2023, ampliou os serviços de divulgação das ações prioritárias do MTE e incluiu o programa de apoio financeiro. Sobre o registro profissional apresentou os seguintes dados: mais de 1 milhão

de registros foram emitidos nas Superintendências Regionais do Trabalho, mais de 7 mil atendimentos por mês, os estados de SP, MG e RJ concentram mais de 55% dos registros e a categoria de técnico de segurança do trabalho concentra 46% dos registros. Sobre o seguro desemprego, destacou o avanço do atendimento em meio digital comparando os anos de 2019 a 2024, em 2019 a taxa dos atendidos em meio digital foi de 1% e a taxa de 2024 até o mês de julho foi de 78,5%. Outros dados apresentados foram sobre o tempo médio de análise de recursos do seguro desemprego, em 2022 era de 63 dias, em 2023 era de 56 dias e em 2024 é de 29 dias. Em relação ao Fundo de amparo ao trabalhador (FAT) mostrou algumas metas: avançar no aprimoramento da governança do fundo; acelerar o desenvolvimento e a automação do sistema de gestão econômica e financeira do FAT; constituir programa de capacitação permanente de conselheiros e integração das políticas. Foram concluídas em 2024, a proposta de projeto de lei para a reestruturação do Funproger e a elaboração de proposta de uma nova regulamentação do Funproger. Estão em andamento, a proposta de fomento e qualificação técnica das instituições do crédito produtivo orientado e de estímulo ao desenvolvimento da economia solidária e popular, a proposta de retomada das ações de *funding* do depósito especial (DE) e a negociação com bancos públicos para administração do Funproger. Sobre o Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), foram concluídas as seguintes atividades: subsídios à AGU para defesa dos interesses em relação à ADI 5090; elaboração da proposta de distribuição de resultado de 2023 e 2024; elaboração da proposta de estímulo ao imóvel novo e de reposicionamento das taxas de juros para os imóveis usados; e elaboração de metodologia de geração de empregos na cadeia produtiva de habitação, infraestrutura e saneamento, em parceria com a SEET, apoio técnico para a negociação de proposta do e-Consolidado do setor privado, proposta operacional e modelagem do programa em reuniões do GAP e no CCFGTS, aperfeiçoado a proposta de garantias e de transição do alienação para o E-consolidado; levantamento com bancos públicos de projeções de taxas de juros e valores médios de contratos, prazos médios de operações dos contratos e identificação de riscos. E em andamento, encontram-se as atividades de elaboração de nova metodologia de indicadores de sustentabilidade do FGTS, em parceria com a CAIXA e elaboração de proposta de diretrizes de novas aplicações do FI; saque aniversário do FGTS; estudos de projeção e segmentação com renda dos cotistas aderentes ao SA e ao alienação para subsidiar a tomada de decisões e proposta de transição para o fim do SA e transição para o E-consolidado do setor privado. Referente aos desafios em curso do FGTS em 2024 e 2025, tem-se: avançar na definição de critérios para a suspensão de recolhimentos do FGTS decorrente de calamidade pública; aprimorar a proposta de taxa de juros diferenciadas de imóveis novos e usados como estratégia de sustentação do FGTS; reestruturação do FI-FGTS com ênfase no financiamento de projetos que contribuam com a transição energética e o desenvolvimento sustentável; avaliação no âmbito do grupo de trabalho de saneamento de incorporação de bancos públicos federais como instituições financeiras da CAIXA na contratação de operações de crédito, considerando sua sistemática de monitoramento e riscos; e estudo técnico para alterar a Lei nº 8.036, abrindo a condição para que outros bancos públicos sejam agentes operadores do FI e no *funding* de infraestrutura e saneamento.

O senhor Heber Fialho, Diretor de Tecnologia da Informação, pediu a palavra para comentar sobre a interlocução do MTE com o INSS, em que o Decreto nº 9094/2017 prevê a simplificação do serviço público no atendimento ao cidadão, quando expressa que o Governo Federal não pode exigir do cidadão dados ou informações/documentos que são custodiados pelo próprio Governo, cujos estão nas suas bases de dados.

Em seguida, o senhor Claudio Py tomou a palavra para falar sobre as tratativas em relação à supervisão Ministerial, o plano de integridade e a gestão de riscos. Informou que o controle interno trata das determinações e das recomendações dos órgãos de controle. Até o momento, recebeu 180 comunicações do TCU referente a 111 acórdãos, todos monitorados. Hoje, há 10 auditorias em curso, 55 recomendações/determinações foram encerradas e 30 encontram-se em andamento. Tais demandas dos órgãos de controle, do TCU e da CGU estão disponíveis na página da internet da AECI acessível a todas as unidades do Ministério para consulta e suporte, com acesso a todos os acórdãos do Tribunal, devidamente acompanhados, monitorados e atualizados pelo controle interno, de 2023 até hoje. Esses dados estão conectados ao "BI" da AECI que será disponibilizado para as unidades do Ministério, principalmente para o Gabinete e para a CGU. Todos os acórdãos e respectivos documentos afins estão instruídos em processos no SEI que são encaminhados para as áreas internas do Ministério e a AECI monitora até o encerramento. Assim como também, as demandas oriundas da CGU. Hoje, encontram-se em andamento 25 auditorias da CGU, 18 estão com as áreas em atendimento, dentro do prazo; 81 já foram respondidas à CGU, num total de

95 recomendações suspensas/concluídas e consolidadas até o dia de hoje. Reforçando, tais dados, separados por unidades/secretarias do Ministério, de 2023 e 2024, estão disponíveis a todos no "BI" da AECI. Sobre o PROiMTE, o Programa de Integridade do Ministério, a AECI está monitorando as ações de gestão de riscos de integridade das unidades dos agentes de integridade do Ministério. Existem 45 controles, todos iniciados e em andamento e, 24 concluídos, até o dia 31/07/2024. Acrescentou que a previsão é de concluir 35 controles até o mês de dezembro de 2024. A próxima etapa é apresentar são os gerenciamentos de riscos de integridade das unidades finalísticas do Ministério, referente à terceira fase do plano de integridade, em setembro de 2024. Lembrou a todos da inclusão do código de conduta do Ministério no PROiMTE, publicado em Portaria deste no dia 31/07/2024, que entrará em vigor no final de setembro de 2024. A próxima entrega, será o Guia de assédio moral e sexual, cujo encontra-se nas últimas tratativas pelas unidades dos agentes de integridade do Ministério, visto que está sendo construído com a colaboração de todos, inclusive as Superintendências dos estados. Finalizando, informou sobre o sistema **agir**, sistema de gerenciamento de riscos, que está na fase de teste de implantação, recebendo os ajustes finais. O sistema será disponibilizado para todas as unidades do Ministério a ser utilizado como apoio para a realização da gestão de riscos de suas áreas.

Em seguida, a palavra foi passada para a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, senhora Coslita que iniciou a sua fala apresentando o conceito de Cadeia de Valor. A cadeia de valor envolve a análise das atividades que agregam valor ao desenvolvimento econômico e social, especialmente no campo do trabalho e emprego, como a otimização dos recursos públicos, o fomento à competitividade e à inovação, a promoção da equidade no mercado de trabalho, a sustentabilidade das políticas públicas e a integração com outras áreas governamentais. A cadeia de valor está dividida em 3 macroprocessos: de governança, de secretarias finalísticas e de suporte. Apresentou o mapa da Cadeia de Valor construído pela CODIN com a contribuição e participação ativa de todas as unidades do Ministério, cujo objetivo é entregar à sociedade 4 valores: Oportunidades de trabalho, emprego e renda; garantia de trabalho decente; garantia de direitos trabalhistas e proteção aos trabalhadores. Acrescentou que a Cadeia de Valor encontra-se na fase de proposição de ajustes e validação pelas unidades do Ministério. A seguir, introduziu a pauta sobre a mensagem Presidencial ao Congresso Nacional em 2025. Foram realizadas reuniões com os chefes de gabinete para tratar das diretrizes da Casa Civil sobre o tema. A mensagem Presidencial trata das entregas realizadas em 2024 e apresenta as perspectivas para o ano de 2025, especialmente em relação aos projetos e programas que devem ser pautados no Legislativo. O senhor Dênio Aparecido Ramos, Chefe de Gabinete do Ministro Substituto, fará a interlocução com a Casa Civil. O cronograma de entrega inicia-se no dia 02/09/2024 com a produção do texto pelo MTE e no dia 02/10/2024 será enviado para a Casa Civil, que retornará ao Ministério dia 15/12/2024 para ajustes e deverá ser enviado a Casa Civil no dia 27/12/2024. Em 02/01/2025 o Ministério fará a atualização dos dados com data limite para envio a Casa Civil no dia 08/01/2025. Finalizando, a senhora Coslita alinhou com os presentes que os pontos focais para tratar da mensagem Presidencial serão os mesmos responsáveis pela entrega do planejamento estratégico e do PPA e reforçou que o prazo da Casa Civil é rígido, portanto solicitou a colaboração de todos no empenho dessa entrega dentro do prazo.

A seguir, o Secretário-Executivo, senhor Francisco Macena, tomou a palavra para tratar da importância em elaborar a mensagem Presidencial com diligência, prudência e sabedoria, observando o devido alinhamento com o PPA, pois trata-se de mensagem do Ministro de Estado do Ministério do Trabalho na voz do Presidente da República. Enfatizou sobre a importância de elaborar a mensagem dentro do prazo de até 02/10/2024, visto que após essa data, só será possível atualizar os dados e não reescrever toda a mensagem. É preciso que em 2025 o Ministério avance nas entregas de suas políticas públicas, para isso, necessário é rever os processos internos e as políticas, criando sinergia entre todas as secretarias para entregarmos políticas com efetividade nos resultados, no próximo ano. Acrescentou que mesmo com um orçamento apertado é preciso andar, não podemos parar, temos de criar oportunidades, independente da nossa realidade orçamentária, nos apropriando de integração interna, inovação e engajamento. Finalizando, o Secretário disse que é preciso que a gestão do Ministério tenha consciência da dimensão da responsabilidade do MTE para com a população, que espera bons resultados desta pasta. Pediu licença para se ausentar, pois tinha uma agenda na Casa Civil.

A senhora Coslita pediu a palavra para reforçar que a CODIN vai elaborar o balanço do MTE de 2024 e contará com a colaboração de todas as unidades do Ministério.

Em seguida, a senhora Luciana Nakamura, Diretora de Programa da Secretaria Executiva, tomou a palavra para dizer que está preparando uma planilha com o esboço das informações necessárias com um cronograma e esclarecimentos a ser enviado para todos os pontos focais, representantes de cada unidade do Ministério, para auxiliar na organização e na coleta dos dados e das informações a serem encaminhadas à CODIN para a construção do balanço de 2024, da prestação de contas e da mensagem Presidencial.

A Assessora Especial de Comunicação, senhora Tânia, pediu a palavra para mencionar que a ASCOM está trabalhando as informações que saem do Ministério com cuidado e expertise a fim de preservar a boa imagem do Ministério perante a população em geral. Portanto, após a elaboração do balanço, da prestação de contas e da mensagem Presidencial pela CODIN, todo esse material será enviado para a ASCOM para ser otimizado e ser trabalhado para que seja publicado um texto leve, claro e transparente, numa linguagem que possa ser compreendida por todos os níveis de leitores, público interno e externo.

A seguir, a palavra foi passada para o Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade, senhor Rogério Xavier, que iniciou a sua fala explanando sobre o acompanhamento orçamentário, mostrar o status da execução orçamentária. Expôs o painel orçamentário com o *ranking* de execução em que realiza o monitoramento do orçamento. Ressaltou que as unidades do Ministério precisam se atentar para a melhoria na *performance* de execução orçamentária. Hoje, ao concluir o oitavo mês do ano estamos alcançando mais de 70% da execução orçamentária para que se possa chegar no final de novembro o projetado na pasta no valor superior a 90% do orçamento. E em razão disso, a DAFC traz nessa reunião um alerta para as unidades que estão abaixo dessa *performance* esperada, principalmente, para as que estão abaixo de 65% de execução. Então, é importante estar atento ao que foi programado para ser executado dentro do exercício, buscando efetivar os empenhos orçamentários do que está disponível, independentemente dos cortes que foram realizados, e, dentro do orçamento disponível, que sejam feitas as prioridades e os devidos empenhos. O empenho não é necessariamente uma garantia do que será executado efetivamente, porém, é um indicador de que há o alcance de um nível de maturidade daquela execução da despesa, permitindo indicar que aquele recurso será utilizado. Assim, informou que hoje o Ministério tem R\$ 224 milhões em crédito disponível para empenho. Reforçou que enviou a todos um Ofício informando sobre a terceira janela orçamentária e principalmente com o atual cenário de cortes de recursos, é fundamental que sejam feitas as devidas prioridades. E, a janela orçamentária é um instrumento necessário para que os remanejamentos sejam efetivados. Outro ponto ressaltado por Rogério foi sobre a última janela orçamentária em que se tem a previsão de indicar remanejamentos que ultrapassem os 20% da ação orçamentária e que exijam a possibilidade de remanejamento por projeto de lei. Assim, é fundamental que cada unidade do Ministério realize a avaliação de seu orçamento e responda ao ofício da DAFC até o dia 30 de agosto de 2024, pois as respostas dos senhores serão enviadas para a Secretaria Executiva na primeira semana de setembro de 2024 indicando qual unidade está com uma boa *performance* e qual não está, para que a Secretaria Executiva possa decidir e determinar sobre possíveis remanejamentos. Finalizando, convidou a todos para acessar o painel orçamentário elaborado pela DAFC, pois nele consta toda a atualização orçamentária do Ministério.

Em seguida, a palavra foi passada para o Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas, senhor Jobson de Paiva, que ao cumprimentar a todos iniciou a sua fala apresentando o plano de capacitação e as ações de desenvolvimento, sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e a execução dos exames periódicos como ações de qualidade de vida que não eram realizados há mais de 7 anos nessa pasta. Os exames médicos periódicos são essenciais para monitorar a saúde dos servidores. Seu principal objetivo é preservar a saúde, permitindo a detecção precoce de agravos, relacionados ao trabalho ou não, por meio de avaliações clínicas, laboratoriais e de imagens, focadas nos fatores de risco presentes nas atividades dos servidores. Essa ação tem o fulcro legal na Lei 8112/90 regulamentada pelo Decreto nº 6.856/2009 e pela portaria normativa SRH nº 4 de 15/09/2009. Os exames periódicos foram oferecidos/disponibilizados primeiramente para os servidores da Sede; e, após, serão oferecidos/disponibilizados a todos os servidores das Superintendências, Gerências e demais unidades do Ministério em todo o Brasil, com o cuidado de que os serviços sejam oferecidos por unidades de saúde localizadas na própria cidade onde reside o servidor. Além de oferecer a coleta de material no próprio estabelecimento em que o servidor está em exercício, conforme a possibilidade de cada estado, assim como foi oferecido esse serviço aqui na Sede. O nível de adesão aqui no DF foi de 32% dos servidores, após realizada uma campanha incentivando-os a realizar seus exames. A adesão do MTE foi superior à média da adesão dos Ministérios que oferecem a realização dos exames periódicos. Sobre

o PGD, dos 5.004 servidores do Ministério, 2.050 encontram-se na modalidade do PGD, destes, 45% na modalidade presencial e 55% na modalidade parcial, presentes no Ministério 2 vezes por semana, ambos sem a necessidade de bater o ponto. O prazo para a implantação do sistema é de até 31/10/2024. No dia 01/10/2024, os gestores das unidades farão uma revisão do plano de trabalho dos seus servidores em PGD para averiguar se o desenho inicial de entregas está adequado, após os 6 meses de experiência. Em relação ao sistema informatizado para gerir o PGD, o Ministério estuda a possibilidade de utilizar o sistema que está sendo trabalhado pelo MGI: PETRVS (DATAPREV). Ao utilizá-lo, no ambiente da DATAPREV, pela MGI COLABORA, será criado um endereço específico para o MTE, e esse endereço só será acessado pelo MTE, com as devidas bases de dados e informações ali contidas, sem custo pela manutenção, porém há o custo de adesão ao usar o sistema, de R\$ 18 mil reais mensais, inclusa a manutenção que será realizada pela DATAPREV. Enfim, apresentou o plano de capacitação e desenvolvimento interno, quais sejam: Ciclo de palestras sobre acolhimento dos grupos minoritários para 395 servidores de todas as unidades descentralizadas; Acordo de cooperação e acordo de cooperação técnica para 54 servidores distribuídos entre todas as unidades do Ministério; Curso de excel básico, intermediário e avançado para 120 servidores para todas as unidades do Ministério; Capacitação para gestores em liderança e inovação; Planejamento das Contratações: Elaboração do estudo técnico preliminar e termo de referência; e Produtividade e gestão do tempo com metodologia GTD: Fazendo as coisas acontecerem – nível 1.

A seguir, a palavra foi passada para o Corregedor, senhor Fernando Mendes, que ao cumprimentar a todos iniciou a sua fala abordando o modelo de maturidade correccional, trata-se de uma metodologia em que a sua origem foi no modelo de capacidade de auditoria interna (IA-CM) apresentado em 2009 pelo instituto dos auditores internos. Acrescentou que a CGU implementou essa metodologia na controladoria e que o modelo de maturidade correccional do MTE CRG-MM, foi elaborado com base no IA-CM, foi desenvolvido das boas práticas das unidades setoriais de correção do SISCOR, foi construído com base em alguns macroprocessos considerados essenciais e iniciou a sua experimentação em 2020, sendo que em 2022, obteve uma avaliação mais evoluída e em 2024, está previsto que todas as 257 unidades correccionais do Brasil (USCs) utilizem-na. A seguir, o senhor Fernando informou que a corregedoria do Ministério do Trabalho alcançou o resultado de nível 3 integralmente e já iniciou os níveis 4, em que completaram 6 processos de 10 e o nível 5, que concluíram 2 processos de 10. Acrescentou que a grande maioria das unidades correccionais do país estão no nível 1 e pouquíssimas encontram-se no nível 2 e, a CGU está no nível 4. Então, apresentou as ações entregues recentemente pela corregedoria: A criação da sua página no sítio do MTE, com informações sobre composição da equipe, funções, organograma, estatísticas de produção correccional, capacitações e repositórios de conhecimento. Aproveitou a oportunidade para agradecer a parceria ágil e eficiente da ASCOM na criação dessa página. Adiante, apresentou o trabalho de prevenção através da publicação de matérias correlatas à corregedoria que possuem potencial de se tornarem ativos correccionais; iniciado em julho de 2024, encaminhado via e-mail para todos os colaboradores do MTE, de periodicidade mensal. Essa ação tem o nome de **Pílulas Correccionais** e conta com o apoio da ASCOM. A seguir, informou que foi aprovado o Manual de procedimentos da corregedoria do MTE, em sua 1ª edição, cujo foi publicado em Portaria do Ministro. Em seguida apresentou os procedimentos correccionais instaurados/concluídos de 2019 a 2024, com destaque para os anos de sua gestão: 2023, com 135 procedimentos instaurados e 189, concluídos e em 2024, com 93 procedimentos instaurados e 184, concluídos. Em relação às sanções aplicadas, em 2023, foram 5 sanções aplicadas e vigentes, já em 2024, 16 aplicadas e 15 vigentes, na grande maioria, penalidades máximas. A seguir, apresentou o índice de efetividade em percentual do procedimento acusatório concluído com ao menos um apenado ou TAC celebrado, em 2023, foram em torno de 30% e em 2024, 85%. Os dados apresentados foram extraídos do portal de transparência da CGU.

Por fim, a palavra foi passada para a senhora Luciana Nakamura, para apresentar a última pauta do dia que versará sobre a rede intranet do MTE. A DTI já construiu a página da intranet, ou seja, ela já está pronta. E a ASCOM está responsável pela sua alimentação. Acrescentou que é de suma importância colocar a intranet no ar porque é necessário padronizar a informação e a comunicação tanto na Sede como nas Superintendências e Gerências e demais unidades em todo o Brasil, a fim de alcançar o maior número de usuário possível, a ideia é que cada usuário ao ligar o seu computador para trabalhar, que a intranet seja imediatamente aberta para que ele tenha acesso às informações diárias, semanais e mensais sobre tudo o que está acontecendo no Ministério, notícias, informes etc.

A palavra foi passada para a senhora Tânia Silva que acrescentou que a intranet foi construída pela ASCOM em conjunto com a DTI, feita no *sharepoint*. Acrescentou que há uma equipe na ASCOM exclusiva encarregada das demandas da página da intranet. Registrou também que para a construção da intranet, foi realizada uma pesquisa com a participação espontânea de 303 colaboradores do MTE, em Brasília e no restante do país, para sondar, conhecer o público que irá utilizar a intranet e então disponibilizar/fornecer informações que irão atender as suas necessidades. Sondamos o sexo, a idade, a residência, 64% dos respondentes moram fora de Brasília e 36%, aqui no DF. Verificou-se também sobre os respondentes, o nível de instrução, qual meio de transporte utilizam para deslocamento ao trabalho, como foi a experiência deles com redes da intranet, o que eles não gostaram nas experiências anteriores, citaram 3 serviços, temas de interesse, que gostariam que fossem oferecidos na intranet; e escolherem 3 conteúdos, temas de sua preferência. Adiante, apresentou a imagem, a identidade visual da página inicial da intranet hoje e, tanto a estrutura como as áreas de conteúdo foram construídas com base na pesquisa realizada, nas interlocuções realizadas com a DTI e num *benchmarking* com o Ministério da Infraestrutura. Ressaltou que na página inicial será disponibilizado um vídeo por 2 a 3 meses de boas-vindas ao usuário para informar como é a estrutura da página. A senhora Luciana Nakamura pediu a palavra para agradecer o empenho da ASCOM nesse projeto, juntamente com a DTI e sinalizou que a data prevista para o lançamento da intranet é na primeira quinzena de setembro de 2024.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, perguntou se alguém gostaria de falar e como ninguém se pronunciou, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18h44. E, eu, Josabet Dourado Guerra, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 30/09/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denio Aparecido Ramos, Chefe de Gabinete Substituto(a)**, em 30/09/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 30/09/2024, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Periotto, Secretário(a) de Relações do Trabalho**, em 30/09/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 30/09/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Brandao de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho**, em 30/09/2024, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Secretário de Qualificação, Emprego e Renda substituto(a)**, em 01/10/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 04/10/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jobson de Paiva Sales, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 10/10/2024, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação, Emprego e Renda**, em 14/10/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Zamban, Secretário(a) Substituto(a)**, em 15/10/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário(a)**, em 17/10/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thalys Eliel Amaral Gomes, Subsecretário(a) de Análise Técnica**, em 18/10/2024, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=3491837&crc=D650299D, informando o código verificador **3491837** e o código CRC **D650299D**.
